

## SEÇÃO VII

# Mercado de Trabalho

## Sumário

No último trimestre, o mercado de trabalho manteve uma trajetória de lenta recuperação, refletindo o baixo dinamismo da economia brasileira. Nota-se ainda que, embora apresente um recuo da taxa de desemprego e uma aceleração de rendimentos reais, o cenário de emprego no país vem se deteriorando em alguns aspectos. De forma geral, a queda da desocupação não ocorreu por conta da expansão da população ocupada (PO), e sim devido à retração da força de trabalho. Pelo corte etário, percebe-se que o maior recuo do desemprego aconteceu no conjunto dos trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos, cuja taxa caiu de 27,3% (segundo trimestre de 2017) para 26,6% (segundo trimestre de 2018) – de acordo com os microdados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, nesse mesmo período, o contingente de jovens ocupados recuou 0,8%, enquanto a população economicamente ativa (PEA) caiu 1,6%. Na abertura por escolaridade, os dados do segundo trimestre de 2018 mostram que, na comparação interanual, as maiores retrações do desemprego ocorreram nos grupos de trabalhadores com o ensino fundamental incompleto e completo, justamente os que apresentaram recuo da ocupação (-3,0% e 2,9%, respectivamente), ainda que em ritmo inferior ao observado na PEA (-3,6% e -4,4%).

Essa retração da PEA, que vem contribuindo para a queda do desemprego, pode estar relacionada ao incremento do desalento. Deve-se ressaltar, no entanto, que a explicação para o aumento da proporção da população classificada pelo IBGE como desalentada na economia não se restringe apenas à elevação do tempo de permanência no desemprego. Entre o último trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016, pouco mais de 14% dos que transitavam para a inatividade e se declaravam desalentados eram provenientes do desemprego. Já no segundo trimestre de 2018, essa proporção atingiu 22%, indicando que a permanência no desemprego por um período grande, associada a uma taxa de desocupação elevada na economia, fez com que uma parcela cada vez maior dos desocupados desistisse de procurar emprego, embora tivesse vontade de trabalhar. Em contrapartida, vem crescendo a proporção de indivíduos que, entre dois trimestres consecutivos, transitaram da atividade para a inatividade e se declararam desalentados, mesmo não tendo ficado, ou tendo permanecido muito pouco tempo, no desemprego. Entre aqueles que transitaram do emprego diretamente para a inatividade (decidiram não procurar uma recolocação no mercado), a proporção dos desalentados subiu de 11,2%, no início de 2016, para 16,7%, no segundo trimestre de 2018. Outra constatação importante, ainda que não surpreendente, é que o desalento é propor-

**Maria Andréia Parente Lameiras**

Técnica de Planejamento e Pesquisa da  
Diretoria de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

[maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br](mailto:maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br)

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da  
Dimac do Ipea

[sandro.carvalho@ipea.gov.br](mailto:sandro.carvalho@ipea.gov.br)

**Carlos Henrique L. Corseuil**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da  
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais  
(Disoc) do Ipea

[carlos.corseuil@ipea.gov.br](mailto:carlos.corseuil@ipea.gov.br)

**Lauro R. A. Ramos**

Técnico de Planejamento e Pesquisa da  
Disoc do Ipea

[lauro.ramos@ipea.gov.br](mailto:lauro.ramos@ipea.gov.br)

cionalmente mais alto entre os trabalhadores que possuem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ou seja, jovens; pouco escolarizados; residentes da região Nordeste; mulheres; e não chefes de família. Pelo perfil etário, observa-se que, enquanto os jovens entre 18 e 24 anos representam 15% da população em idade ativa (PIA), eles correspondem a aproximadamente 25% dos desalentados. De modo similar, o corte por instrução revela que, embora os indivíduos com menor escolaridade constituam cerca de 20% da PIA, eles respondem por metade de todo o desalento. Em termos geográficos, o desalento é bem mais elevado na região Nordeste, onde estão 60% de todos os desalentados do país.

Por fim, em que pese uma melhora da ocupação, de uma maneira geral, o principal aumento da PO vem do setor informal, indicando que, qualitativamente, a retomada do emprego ocorre em condições aquém das desejáveis. De fato, em um primeiro momento, este aumento do número de trabalhadores informais poderia ser um efeito composição, relacionado apenas à participação setorial do emprego. Isto quer dizer que, se a ocupação cresce mais fortemente em segmentos intensivos em mão de obra informal, esse contingente de trabalhadores deve crescer proporcionalmente mais rápido. No entanto, não é o que se verifica: o aumento recente da taxa de informalidade vem de uma elevação generalizada da proporção de trabalhadores informais em praticamente todos os setores da economia. Apesar disso, ao contrário do indicado pelos dados amostrais da PNAD Contínua, os registros administrativos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que, no acumulado em doze meses até julho, a economia brasileira já gerou aproximadamente 200 mil novas vagas de emprego com carteira. Esta melhora vem refletindo tanto uma diminuição no ritmo de demissões quanto um aumento do número de contratações.

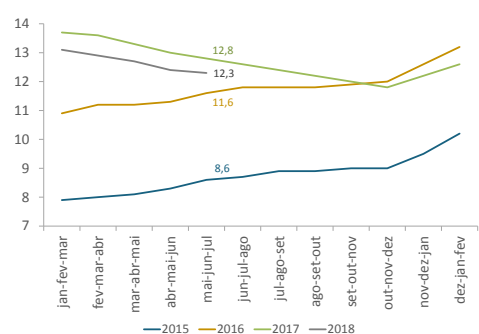
## 1 Aspectos gerais

Ao longo do ano, contrariando as expectativas iniciais, que exibiam uma expansão mais forte do emprego no país, o mercado de trabalho vem apresentando uma trajetória de lenta recuperação, refletindo o baixo dinamismo da economia brasileira. Segundo os dados da PNAD Contínua, divulgada pelo IBGE, embora esteja em declínio, a taxa de desocupação não só se mantém em patamar elevado (12,3%) como mostra um ritmo de queda pouco acentuado (gráfico 1). Os dados dessazonalizados pelo Ipea indicam que, após atingir 13,1%, no primeiro trimestre de 2017, constituindo o maior nível desde o início da pesquisa, em 2012, essa taxa vem caindo lentamente (gráfico 2).

Esta trajetória de queda tímida do desemprego reflete, sobretudo, a desaceleração do crescimento da ocupação. No último trimestre móvel, encerrado em julho, a PO apresentou alta de apenas 1,1% na comparação interanual, mantendo uma taxa de crescimento bem abaixo das taxas observadas nos últimos meses de 2017, que giravam em torno de 2,0% (gráfico 3). Esta piora no comportamento da ocupação vem, inclusive, atenuando o efeito positivo sobre a queda da desocupação

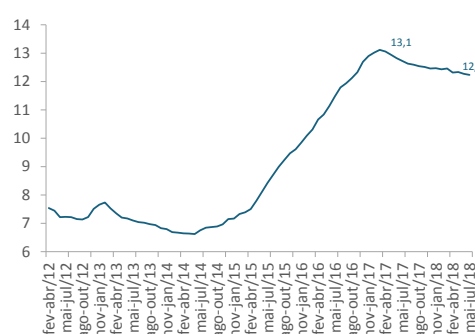
proveniente de uma menor expansão da força de trabalho (PEA). Desde o último trimestre de 2017, a taxa de crescimento interanual da PEA vem registrando sucessivos recuos, possibilitando que a geração de vagas de trabalho, ainda que em ritmo inferior ao desejável, seja suficiente não só para abarcar os novos entrantes no mercado de trabalho, mas também para retirar um contingente de pessoas do desemprego. Com a nova desaceleração da PEA ocorrida no último trimestre móvel, a taxa de participação ficou em 61,5%, recuando 0,3 ponto percentual (p.p.) em relação ao observado no mesmo período de 2017. Os dados dessazonalizados, no entanto, mostram uma ligeira melhora da ocupação na margem (gráfico 4).

**GRÁFICO 1**  
**Taxa de desocupação**  
(Em %)



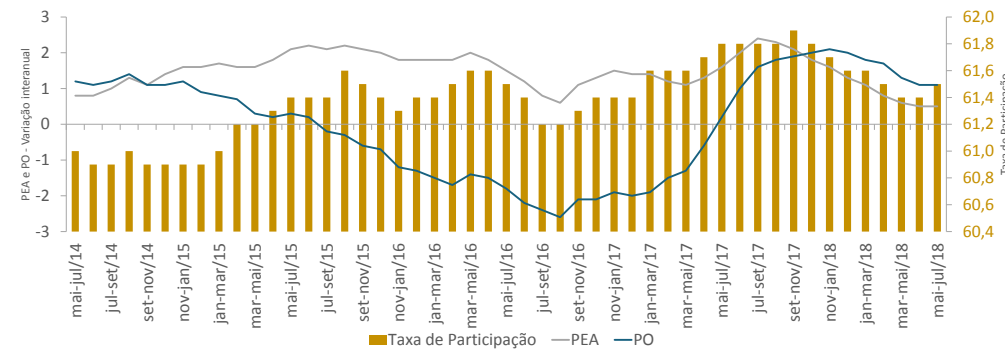
Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 2**  
**Taxa de desocupação dessazonalizada**  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

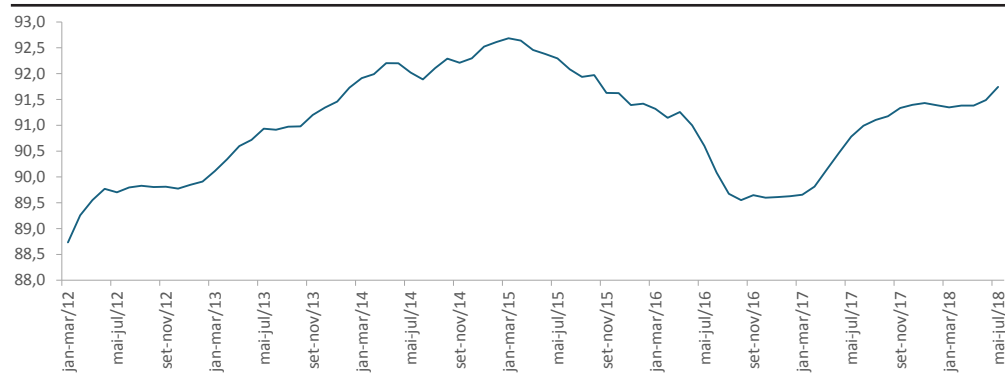
**GRÁFICO 3**  
**Taxa de participação, PEA e PO**  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

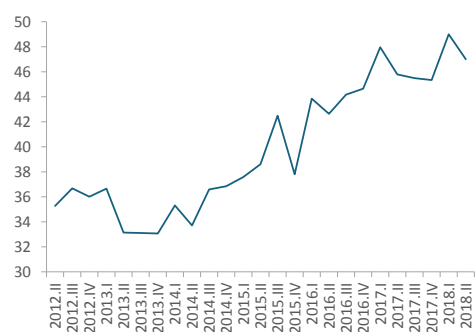
Se, por um lado, é fato que o número de desocupados vem recuando, por outro, observa-se que vem aumentando o tempo de permanência no desemprego. Nota-se que, embora a proporção dos trabalhadores que se mantiveram desocupados durante o segundo trimestre de 2018 apresente desaceleração na comparação com o trimestre anterior (gráfico 5), vem crescendo a parcela de desempregados cujo tempo de procura por emprego é maior que dois anos. No último segundo trimestre de 2018, este percentual foi de 24%, atingindo patamar superior ao apontado nestes mesmos trimestres de 2016 e 2017: 20% e 22%, respectivamente (gráfico 6).

**GRÁFICO 4**  
**PNADC – População Ocupada Dessazonalizada**  
(Em Milhões de pessoas)



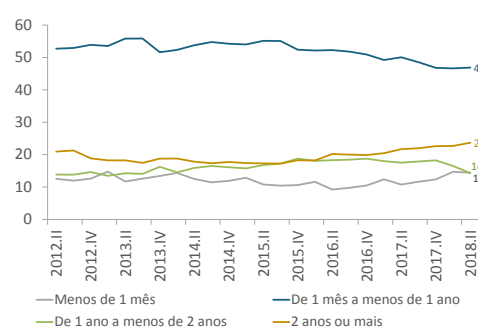
Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 5**  
**Proporção de trabalhadores que se mantiveram desocupados durante o trimestre**  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 6**  
**Proporção de trabalhadores desocupados por tempo de procura**  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em termos desagregados, levando-se em conta apenas a definição original de taxa de desocupação, registra-se que a queda do desemprego ocorreu em praticamente todos os segmentos, tanto na comparação com o trimestre anterior quanto em relação ao mesmo trimestre de 2017 (tabela 1). Em ambas as bases de comparação, observa-se que os maiores recuos aconteceram nas regiões Nordeste e Centro-Oeste e nos seguintes segmentos de trabalhadores: com idade entre 18 e 24 anos; com ensino fundamental completo; não chefes de família; e residentes em áreas não metropolitanas.

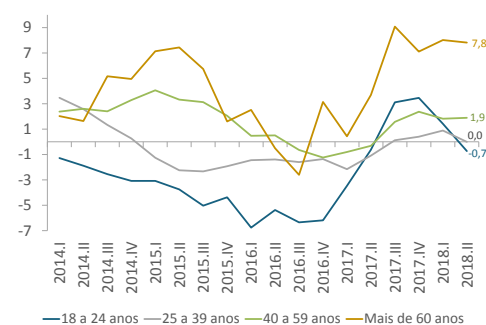
A despeito de todos os grupos apontarem uma redução da taxa de desocupação no segundo trimestre de 2018, a análise do desemprego por faixa etária revela que as causas deste recuo divergem entre eles. Na comparação interanual, verifica-se que a maior queda na desocupação, em p.p., aconteceu no conjunto dos trabalhadores mais jovens (18 a 24 anos), cuja taxa recuou de 27,3% para 26,6%. Entretanto, isso não ocorreu por conta da expansão da PO, e sim devido à retração da força de trabalho. De fato, a análise dos microdados da PNAD Contínua mostra que, em relação ao segundo trimestre de 2017, o contingente de jovens ocupados recuou 0,7%, interrompendo uma sequência de três altas consecutivas (gráfico 7).

TABELA 1  
Taxa de desemprego  
(Em %)

	2016			2017				2018	
	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Brasil	11,3	11,8	12,0	13,8	13,0	12,4	11,8	13,1	12,4
Centro Oeste	9,7	10,0	10,9	12,1	10,6	9,7	9,4	10,5	9,5
Nordeste	13,2	14,1	14,4	16,3	15,9	14,8	13,8	15,9	14,8
Norte	11,2	11,4	12,7	14,2	12,5	12,2	11,3	12,7	12,1
Sudeste	11,7	12,3	12,3	14,2	13,6	13,2	12,6	13,8	13,2
Sul	8,0	7,9	7,7	9,3	8,4	7,9	7,7	8,4	8,2
Masculino	9,9	10,5	10,7	12,2	11,5	11,0	10,5	11,6	11,0
Feminino	13,2	13,5	13,8	15,8	14,9	14,2	13,2	15,0	14,2
18 a 24 anos	24,5	25,7	25,9	28,8	27,3	26,5	25,3	28,1	26,6
25 a 39 anos	10,4	10,9	11,2	12,8	12,0	11,3	10,8	11,9	11,5
40 a 59 anos	6,3	6,7	6,9	7,9	7,6	7,4	7,0	7,8	7,5
Mais de 60 anos	3,8	3,6	3,4	4,6	4,5	4,3	4,2	4,6	4,4
Não de chefe família	15,3	15,8	16,0	18,1	17,1	16,4	15,3	17,2	16,3
Chefe de família	6,6	7,0	7,2	8,4	7,9	7,6	7,4	8,1	7,8
Fundamental incompleto	9,7	10,5	11,3	12,3	12,0	11,4	10,9	12,0	11,4
Fundamental completo	12,9	13,4	13,4	15,2	15,0	14,8	13,6	14,8	13,8
Médio incompleto	20,6	21,4	22,0	24,2	21,8	21,0	20,4	22,0	21,1
Médio completo	12,8	13,2	13,2	15,5	14,6	14,0	13,0	14,9	14,0
Superior	7,8	7,8	7,6	9,2	8,3	7,9	7,8	8,7	8,4
Região metropolitana	12,6	13,5	13,5	14,9	14,7	14,1	13,7	14,7	14,4
Não região metropolitana	10,4	10,5	10,9	12,9	11,7	11,2	10,3	11,9	10,9

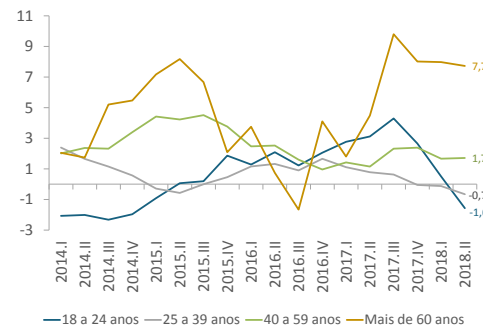
Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 7  
População ocupada - por faixa etária  
(Variação interanual - em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 8  
População economicamente ativa - por faixa etária  
(Variação interanual - em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

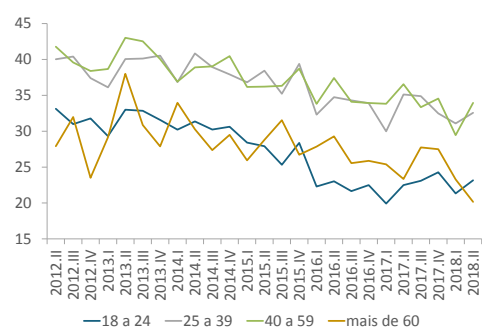
Este resultado, no entanto, não gerou um aumento do desemprego, pois foi compensado por uma queda ainda maior da PEA (-1,6%), cujo impacto também se deu na taxa de participação deste segmento, que recuou de 69,4% para 68,4%, entre 2017 e 2018. Essa mesma dinâmica está presente, em menor intensidade, na análise da desocupação do subgrupo dos trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos – ou seja, embora a taxa de desemprego deste conjunto também tenha apresentado

queda na comparação interanual (0,5 p.p.), isto se deu exclusivamente por conta da retração de 0,7% da PEA, tendo em vista que a ocupação manteve-se estável.

Observa-se, em contrapartida, que, mesmo indicando leve recuo da desocupação, o subgrupo dos trabalhadores mais idosos continua sendo o que registra as maiores taxas de crescimento da ocupação. Na comparação com o segundo trimestre de 2017, a PO com mais de 60 anos aponta expansão de 7,8%, resultado que só não gerou uma queda mais acentuada do desemprego porque veio acompanhado por uma alta de 7,7% da PEA (gráfico 8).

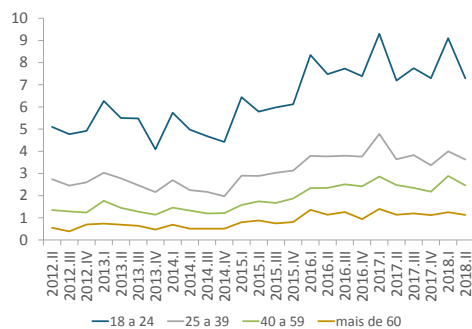
Em relação às transições no mercado de trabalho, os dados revelam que, ao longo do tempo, e independentemente da faixa etária, há uma tendência de queda na parcela de desocupados que consegue retornar ao mercado de trabalho (gráfico 9). Na margem, entretanto, à exceção do contingente de trabalhadores com mais de 60 anos, todos os demais mostram um aumento na proporção de desempregados que obtiveram uma ocupação no segundo trimestre de 2018. No entanto, na análise da PO que perdeu seus empregos, observa-se que, embora tenha ocorrido uma queda em todos os segmentos etários, o subgrupo dos mais jovens continua sendo o que apresenta os piores resultados (gráfico 10).

**GRÁFICO 9**  
Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação - por faixa etária (Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 10**  
Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego - por faixa etária (Em %)

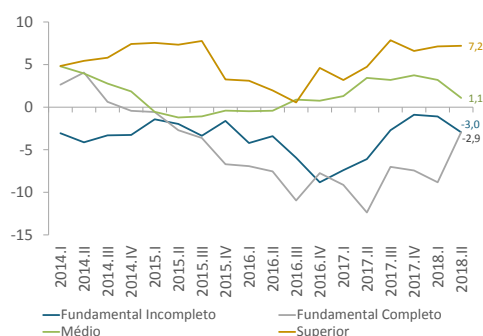


Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Assim como o evidenciado pelo corte etário, a desagregação dos dados pelo grau de instrução também mostra que as maiores quedas da desocupação foram motivadas pela retração da oferta de mão de obra, não pela expansão do emprego. Os dados relativos ao segundo trimestre de 2018 indicam que, na comparação interanual, as maiores retrações do desemprego ocorreram nos grupos de trabalhadores com o ensino fundamental completo e incompleto, justamente os que apresentaram recuo da ocupação (gráfico 11), ainda que em ritmo inferior ao observado na PEA (gráfico 12). Este movimento sincronizado de retração da PO e da força de trabalho nos segmentos de menor escolaridade é compatível com o aumento no tempo de estudo da população brasileira, evidenciando que esta alteração da PEA em favor dos mais escolarizados deve-se a uma mudança estrutural, descolada, portanto, do cenário econômico atual.

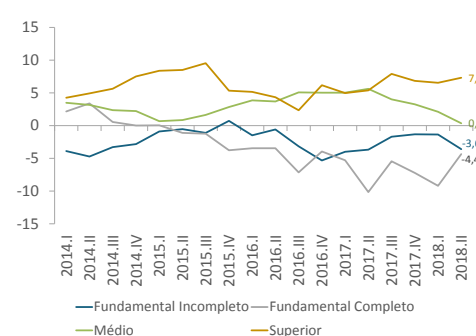
Por analogia, a PEA composta por trabalhadores com maior escolaridade é a que exibe as maiores taxas de expansão ao longo dos últimos trimestres, sendo acompanhada por um crescimento similar da ocupação. Desta forma, é neste segmento que se encontram não só as mais baixas taxas de desocupação como também uma das maiores chances de se sair do desemprego (gráfico 13) e a menor probabilidade de perda de ocupação (gráfico 14).

**GRÁFICO 11**  
População ocupada - por grau de instrução  
(Variação interanual - em %)



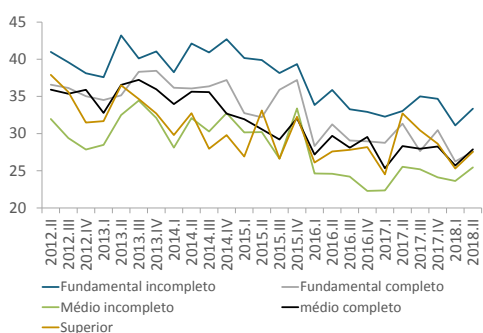
Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 12**  
População economicamente ativa - por grau de instrução  
(Variação interanual - em %)



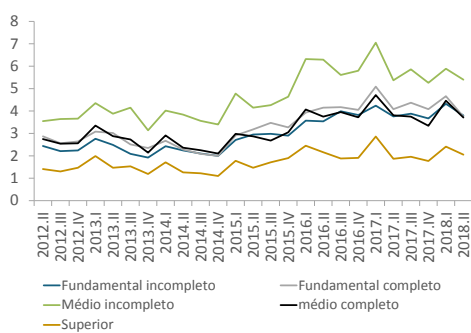
Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 13**  
Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação - por grau de instrução  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 14**  
Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego - por grau de instrução  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, o corte geográfico revela que, na comparação com segundo trimestre de 2017, apenas cinco das 27 Unidades da Federação registraram um aumento do desemprego em 2018: Roraima, Amapá, Sergipe, São Paulo e Paraná. Em sentido contrário, as maiores desacelerações foram observadas no Rio Grande do Norte, no Mato Grosso do Sul e em Goiás (tabela A.1 do anexo).

## 2 Desalento e outras formas de subutilização do trabalho

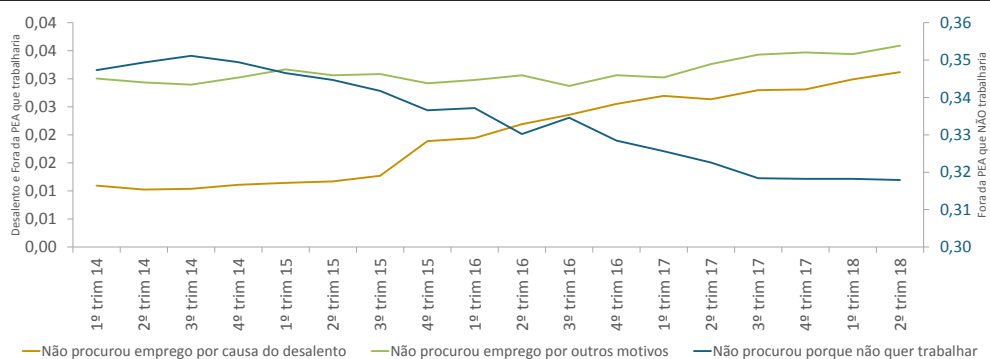
A evolução do grupo fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento vem sendo bastante debatida ultimamente<sup>1</sup>, tendo em vista a sua trajetória de

<sup>1</sup> Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) por ser considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

crescimento – e os dados do segundo trimestre de 2018 mantiveram essa tendência. Entretanto, os determinantes para o crescimento da parcela de desalentados na PIA mudaram consideravelmente nos últimos trimestres. Para entender esse fenômeno, é necessário mostrar a evolução da parcela de três subgrupos da PIA, a saber: i) pessoas que gostariam de trabalhar, mas que não procuraram trabalho no mês de referência da PNAD Contínua por se sentirem desalentadas; ii) pessoas que gostariam de trabalhar, mas que não procuraram trabalho no mês de referência da PNAD Contínua por outro motivo; e iii) pessoas que não gostariam de trabalhar. Inicialmente, deve-se ressaltar que, entre meados de 2016 e meados de 2017, a PEA apresentou um crescimento do seu ritmo de expansão, gerando uma elevação da taxa de participação e, conseqüentemente, um declínio da parcela total de inativos em relação à PIA. Logo, neste contexto de aumento da força de trabalho e queda da inatividade, o esperado seria uma retração da parcela de desalentados. No entanto, observou-se o inverso, ou seja, uma alta do desalento, cuja explicação pode estar relacionada a alterações na estrutura da inatividade. Realmente, de acordo com o gráfico 15, verifica-se que, até o terceiro trimestre de 2017, houve uma queda significativa da proporção dos inativos que não gostariam de trabalhar, desencadeando uma mudança na composição desses inativos, com peso crescente dos que gostariam de ter trabalhado, o que provavelmente impulsionou o aumento da parcela de desalentados na PIA.

A partir do final de 2017, entretanto, essa dinâmica se modificou. Nesse período, a proporção de inativos que não queriam trabalhar manteve-se estável, enquanto a do total de inativos em relação à PIA vem subindo, gerando uma queda da taxa de participação. Por conseguinte, a proporção de inativos que gostariam de trabalhar vem crescendo e está sendo acompanhada pelo aumento da parcela de desalentados. Logo, ao contrário do que se verificou até meados de 2017, quando o crescimento da parcela de desalentados se contrapunha a uma diminuição da proporção do total de inativos na PIA, mais recente, a proporção de desalentados acompanha a trajetória de aumento da inatividade em relação à PIA.

GRÁFICO 15

**Proporção de trabalhadores fora da PEA em relação ao total da PIA – por tipo de aspiração pelo trabalho.**


Fonte e Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



O motivo para a elevação recente do desalento não se restringe apenas ao aumento do tempo de permanência no desemprego. Há ainda uma mudança de comportamento dos indivíduos, constatada pelos dados de transição no mercado de trabalho. Segundo o gráfico 16, vem crescendo a proporção de pessoas que, entre dois trimestres consecutivos, transitaram da atividade para a inatividade e se declararam desalentadas, mesmo não tendo ficado desempregadas, ou tendo permanecido muito pouco tempo nessa condição.

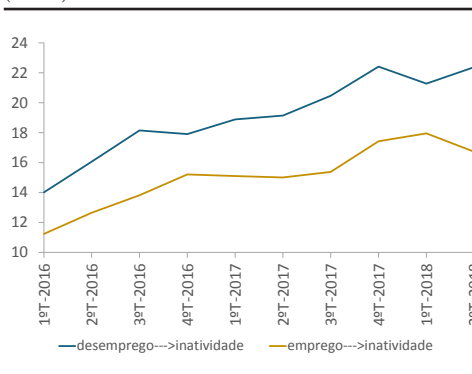
De fato, segundo os microdados da PNAD Contínua, entre o quarto trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016, pouco mais de 14% daqueles que transitavam para a inatividade eram provenientes do desemprego e faziam parte do subgrupo de inativos desalentados. No segundo trimestre de 2018, entretanto, essa proporção havia subido para 22,4%.

Já entre aqueles que transitaram do emprego para a inatividade, a proporção dos desalentados subiu de 11,2%, no início de 2016, para 16,7%, no segundo trimestre de 2018<sup>2</sup>. Portanto, o desalento aumentou não só entre os que se encontram desocupados durante muito tempo, mas também entre os que perderam sua ocupação recentemente.

Em relação ao perfil do desalento, os microdados extraídos da PNAD Contínua – e descritos na tabela 2 – mostram como é composto o contingente de desalentados no país, segundo suas principais características, e se esta composição difere, ou não, da estrutura da PIA. A princípio, nota-se que, não surpreendentemente, o desalento é proporcionalmente mais alto entre os trabalhadores que possuem maior dificuldade de inserção no mercado, ou seja, é proporcionalmente maior entre os jovens, os não chefes de família e os indivíduos com ensino fundamental incompleto. Por certo, enquanto pessoas entre 18 e 24 anos representam 15% da PIA, elas correspondem a mais de 25% dos desalentados. De modo similar, embora os indivíduos com menor escolaridade constituam cerca de 37% da PIA, respondem por metade de todo o desalento. Na outra ponta, entretanto, o contingente de pessoas com ensino superior, que compõem aproximadamente 20% da PIA, significa apenas 5% dos desalentados.

Ainda de acordo com os dados da pesquisa do IBGE, o desalento é bem mais elevado no Nordeste. Enquanto a região abarca 27% da PIA, o número de desalentados no local representa 60% do total do país. Esta elevada parcela em relação às

GRÁFICO 16  
Proporção de trabalhadores desalentados entre aqueles que transitaram para a inatividade (Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

<sup>2</sup> Como as entrevistas da PNAD Contínua no mesmo domicílio são realizadas em um intervalo de três meses cada, é provável que uma considerável parte desses indivíduos que transitam do emprego para a inatividade entre duas entrevistas o tenha feito primeiro para o desemprego e depois para a inatividade. De qualquer forma, trata-se de trabalhadores que perderam recentemente o emprego e rapidamente desistiram de procurar um.

demais regiões do Brasil reflete as próprias características do mercado de trabalho nordestino, marcado pela mais alta taxa de desemprego, maior parcela de informalidade, menor taxa de participação, além de salários reais mais baixos. Por fim, o desalento é ligeiramente maior entre as mulheres.

Deve-se ressaltar também que, apesar de corresponderem ao grupo com melhor inserção no mercado de trabalho, vem crescendo a participação no desalento de trabalhadores mais velhos, homens e chefes de família.

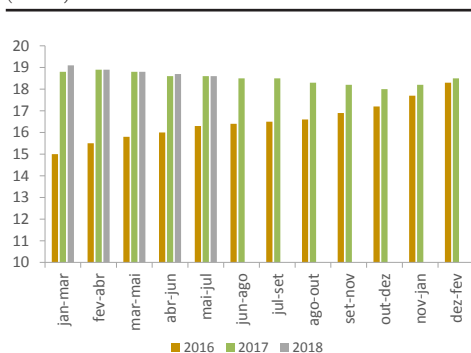
TABELA 2  
Características dos desalentados

	2017				2018		% da PIA (2ºT -2018)
	1ºtrim	2ºtrim	3ºtrim	4ºtrim	1ºtrim	2ºtrim	
Centro Oeste	3,4	4,0	4,0	4,5	4,2	4,4	7,6
Nordeste	59,8	57,8	59,2	58,7	60,0	59,0	27,0
Norte	10,7	10,5	11,4	10,3	11,3	10,9	8,1
Sudeste	20,9	22,3	19,8	21,3	20,2	21,4	42,8
Sul	5,2	5,4	5,6	5,2	4,4	4,3	14,5
Masculino	44,6	44,1	43,9	43,7	44,9	45,3	47,6
Feminino	55,4	55,9	56,1	56,3	55,1	54,7	52,4
de 18 a 24 anos	26,4	25,2	25,0	25,2	26,6	25,3	14,5
de 25 a 39 anos	31,3	30,1	30,3	30,5	31,0	30,6	30,5
de 40 a 59anos	29,6	30,5	30,5	31,0	30,1	30,0	34,6
mais de 59 anos	12,6	14,2	14,2	13,2	12,3	14,1	20,4
Não chefes de família	72,0	71,3	69,9	70,1	70,4	69,2	58,1
Chefes de família	28,0	28,7	30,1	29,9	29,6	30,8	41,9
Fundamental incompleto	50,3	52,0	52,9	51,9	48,5	50,0	36,5
Fundamental completo	11,9	11,2	10,7	10,7	11,5	11,0	9,2
Médio incompleto	10,8	11,1	9,8	10,0	10,3	10,8	7,9
Médio completo	22,0	21,0	21,3	21,8	24,2	22,8	27,4
Superior	5,0	4,8	5,3	5,6	5,5	5,3	19,0

Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Outra dimensão da subutilização do trabalho diz respeito ao desejo de quem já está empregado de trabalhar por mais horas. De acordo com a PNAD Contínua, a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, o contingente de ocupados que trabalham menos de quarenta horas semanais, mas que estão disponíveis e/ou gostariam de trabalhar mais, apresentou, no último trimestre, encerrado em julho, alta de 9,0%, na comparação com o mesmo período de 2017. Além disso, segundo o IBGE, este grupo representa 7,2% da PO, alcançando um percentual superior ao observado nestes mesmos trimestres de 2017 e 2016 (6,6% e 5,3%, respectivamente). Desta forma, vê-se que, ao contrário da taxa de desocupação, que leva em conta apenas os desempregados, a taxa combinada de desocupação e subocupação não aponta nenhuma melhora em 2018 (gráfico 17).

GRÁFICO 17  
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (Em %)



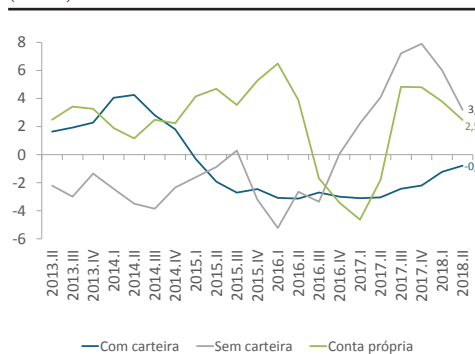
Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

### 3 Grau de Formalidade



Sob o prisma da forma de inserção no mercado, os dados da PNAD Contínua indicam que a melhora permanece sendo reflexo, sobretudo, da expansão do emprego informal, ou seja, ocupados sem carteira ou por conta própria. De acordo com o gráfico 18, evidencia-se que, embora em desaceleração, o aumento do número de trabalhadores nestes dois segmentos, aliado à retração da PEA, vem contribuindo decisivamente para o recuo da população desocupada. No entanto, deve-se destacar que, apesar de ainda registrar queda na comparação interanual, a dinâmica da ocupação com carteira de trabalho já aponta sinais de interrupção nessa queda, indicando uma retomada mais vigorosa do emprego formal, que já vem sendo assinalada pelo Caged há alguns meses.

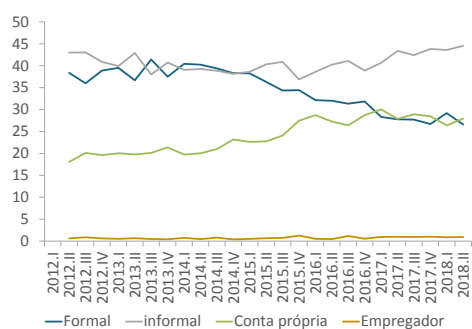
GRÁFICO 18  
Ocupação por tipo de vínculo - Taxa de variação interanual (Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

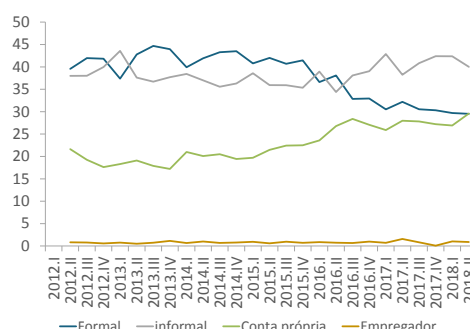
Os dados de transição ajudam a corroborar este desempenho mais favorável do mercado de trabalho formal brasileiro. Em que pese o fato de que, no segundo trimestre de 2018, a proporção de desocupados que obtiveram uma vaga com carteira tenha recuado ligeiramente (gráfico 19), a participação de trabalhadores oriundos do setor formal que vêm perdendo suas ocupações permanece desacelerando de forma contínua ao longo dos últimos trimestres (gráfico 20).

GRÁFICO 19  
Proporção de desocupados que obtiveram uma ocupação - Por vínculo (Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 20  
Proporção de ocupados que perderam sua ocupação - Por vínculo (Em %)

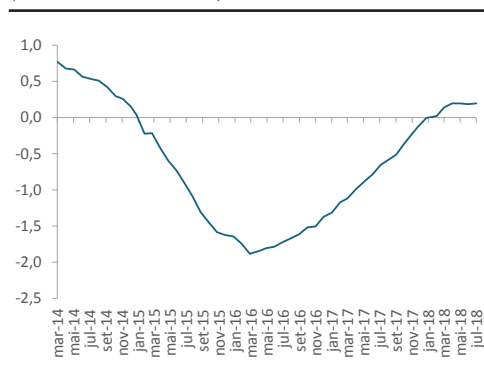


Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Este estancamento da degradação, ainda que tímido, do emprego formal medido pela PNAD Contínua já é evidenciado pelas estatísticas do Caged desde o fim de 2017. Certamente, após iniciar o ano estancando a destruição de postos de trabalho, no acumulado em doze meses até julho, a economia brasileira já gerou

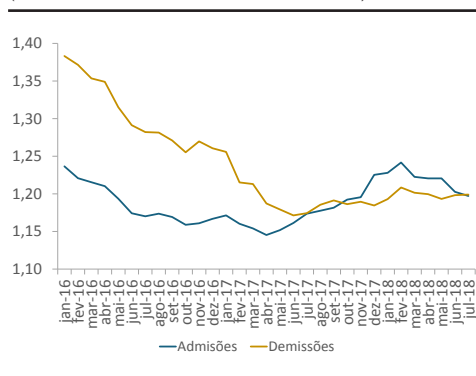
aproximadamente 200 mil novas vagas de emprego com carteira (gráfico 21). Esta melhora vem refletindo tanto uma diminuição no ritmo de demissões quanto um aumento do número de contratações (gráfico 22).

**GRÁFICO 21**  
Caged - Saldos acumulados em 12 meses  
(Em milhões de unidades)



Fonte: MTE/Caged.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

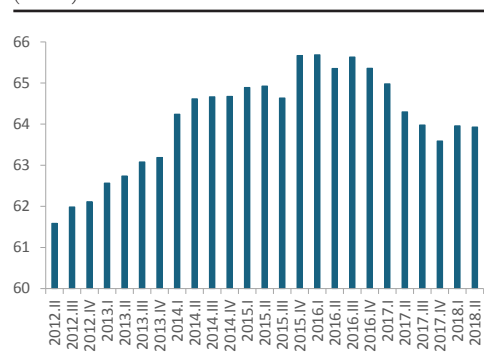
**GRÁFICO 22**  
Caged - Saldos mensais dessazonalizados  
(Média móvel trimestral - Em mil unidades)



Fonte: MTE/Caged.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

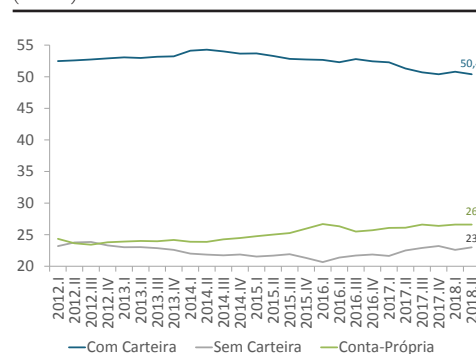
Como consequência desta iminente inflexão no emprego com carteira, o grau de formalização da economia brasileira registra crescimento ao longo de 2018 (gráfico 23). Na composição por tipo de vínculo (gráfico 24), observa-se que, enquanto a participação dos trabalhadores formais interrompeu um processo de queda, vem crescendo a proporção dos ocupados sem carteira e por conta própria que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

**GRÁFICO 23**  
Percentual de ocupados que contribuem para a previdência social  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 24**  
Composição de contribuição para a previdência social - Por vínculo  
(Em %)



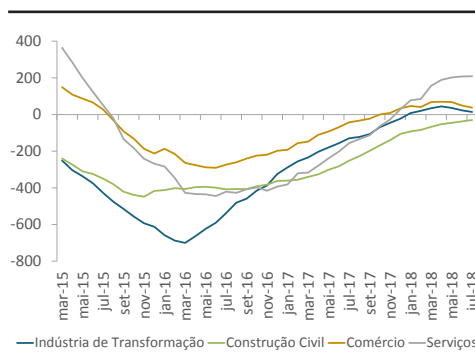
Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 4 Emprego Setorial

De modo geral, os dados do Caged e da PNAD Contínua retratam uma trajetória setorial bem parecida, caracterizada por três fenômenos distintos: i) a grande parte dos empregos gerados vem ocorrendo no setor de serviços; ii) o emprego na construção civil começa a dar sinais de recuperação; e iii) a ocupação na indústria e no comércio vem perdendo dinamismo.

Segundo o Caged, na série livre de ajustes, dos 214,5 mil novos postos de trabalho com carteira gerados pela economia brasileira nos últimos meses até julho, 208,6 mil foram criados no setor de serviços, o que corresponde a 87% do total (gráfico 25). No caso da construção civil, observa-se que, apesar de ainda registrar uma destruição de quase 30 mil postos de trabalho, nos últimos doze meses, ao longo de 2018, os saldos mensais vêm evoluindo positivamente, de tal modo que, de janeiro a julho, o setor já mostra a criação de 45,8 mil vagas, bem acima do registrado no mesmo período do ano anterior (-37 mil vagas). Em relação à indústria de transformação e ao comércio, sua dinâmica apresenta comportamentos similares, marcados pela desaceleração no ritmo de criação de empregos formais. Embora no acumulado do ano a indústria de transformação ainda mostre bom desempenho, com geração de aproximadamente 79 mil postos de trabalho, no último mês o setor criou apenas 5 mil vagas, atingindo patamar bem inferior ao registrado no mesmo período de 2017 (13 mil). Com isso, no acumulado em doze meses, o saldo líquido de criação de empregos na indústria sofreu, em julho, a terceira desaceleração consecutiva. Seguindo esta mesma tendência de perda de dinamismo, o comércio também registra uma queda no ritmo de criação de empregos com carteira. No acumulado em doze meses, a criação de vagas neste setor recuou de 44,7 mil em junho para 34,2 mil em julho.

GRÁFICO 25  
Caged - Setores selecionados  
(Saldos em 12 meses - 1.000 unidades)



Fonte: MTE/Caged.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 3  
PNADC - População Ocupada por setores  
(Taxa de variação interanual, em %)

	2º Trim-16	3º Trim-16	4º Trim-16	1º Trim-17	2º Trim-17	3º Trim-17	4º Trim-17	1º Trim-18	2º Trim-18
Agricultura	-1,5	-4,7	-4,5	-8,0	-8,1	-4,4	-5,1	-2,3	-1,8
Indústria de transformação	-11,0	-10,1	-7,7	-2,9	0,8	2,1	4,6	2,0	1,2
Construção civil	3,9	-2,3	-10,8	-9,5	-9,2	-3,8	-1,9	-4,1	-2,5
Comércio	-1,0	-2,8	-0,4	-1,3	0,0	2,4	1,2	1,5	-0,1
Administração pública	-1,4	-2,1	-1,3	-3,1	-3,1	-2,9	-5,3	1,6	0,4
Transporte e Correios	5,0	5,2	2,2	10,3	2,9	2,6	-1,0	2,3	0,6
Alojamento e Alimentação	3,8	8,0	5,4	11,0	12,9	12,0	8,7	5,7	2,6
Intermediação financeira, imobiliária e serviços à empresas	-10,0	-9,3	1,8	2,5	1,4	5,1	4,2	1,3	0,9
Saúde e educação	5,5	4,2	-0,4	-1,4	-0,4	2,0	2,9	3,8	5,2
Outros serviços	-0,5	2,3	4,0	2,1	7,8	5,0	8,7	10,4	6,0
Serviços domésticos	5,3	2,8	-3,7	-2,9	-2,9	0,4	4,2	2,5	1,6

Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A análise da ocupação setorial, com base nos dados da PNAD Contínua, retrata uma expansão da PO em praticamente todos os setores da economia. No segundo trimestre de 2018, na comparação interanual, à exceção da agricultura, da construção civil e do comércio, todos os demais segmentos apontam aumento no número de trabalhadores ocupados (tabela 3). Assim como no Caged, em que pese o fato de registrar uma queda de 2,5% na sua ocupação, a construção civil reduziu o seu

ritmo de retração. Já o comércio apontou um recuo de 0,1% na sua PO, atingindo o primeiro resultado negativo, neste tipo de comparação, desde o primeiro trimestre de 2017. Em relação aos demais setores, nota-se que a indústria de transformação mantém uma trajetória de crescimento da ocupação, porém em uma velocidade mais modesta, e que as maiores taxas de expansão continuam concentradas no setor de serviços.

No corte por tipo de vínculo, as estatísticas revelam que o aumento da ocupação na indústria, no segundo trimestre, ocorreu pelo crescimento no número de trabalhadores por conta própria. No caso dos serviços, observa-se que, à exceção do segmento saúde e educação, cuja PO com carteira registrou variação positiva, todos os demais subgrupos indicam uma expansão da ocupação calcada no aumento dos empregados sem carteira e conta própria.

TABELA 4

**PNADC – População ocupada por setores e posição na ocupação - 2º trimestre de 2018**

(Taxa de variação interanual, em %)

	Taxa de variação interanual (%)		
	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria
TOTAL	-0,8	3,2	2,5
Agricultura	3,6	1,2	-6,9
Indústria transformação	-1,1	0,0	9,1
Indústria extrativa	7,0	-9,9	62,5
SIUP	-5,6	0,1	-7,6
Construção civil	-8,2	1,4	-1,7
Comércio	-0,7	2,2	-1,1
Intermediação financeira, imobiliária e serviços à empresas	-0,6	7,1	3,9
Transporte	-4,5	4,9	7,9
Serviços pessoais	-8,7	6,7	11,4
Administração pública	-0,3	3,5	---
Saúde e educação	3,0	8,0	18,5
Alojamento e alimentação	-3,9	2,5	8,6
Serviços domésticos	-1,7	3,1	---

Fonte: IBGE / Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## BOX 1

### Informalidade e estrutura setorial da ocupação

Neste box, são analisados os determinantes da evolução recente da informalidade. Em particular, procura-se identificar se a evolução diferenciada da ocupação entre os setores de atividade interferiu na evolução da informalidade.

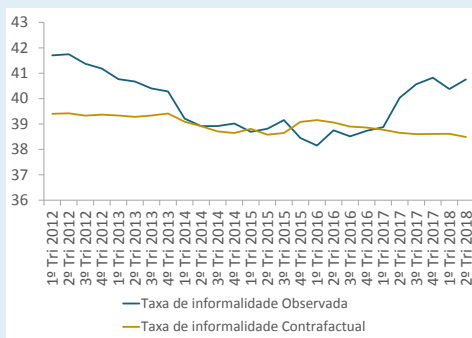
Sabe-se que a frequência de trabalho informal varia consideravelmente conforme o setor de atividade. Segundo os dados da PNAD Contínua, a informalidade no segundo trimestre de 2014 variava de 19% no segmento de serviços de informação, comunicação, atividades financeiras e administrativas até 74% na agricultura. Por isso, alterações na parcela de ocupados em cada setor de atividade podem afetar a taxa de informalidade agregada – por exemplo, tanto um aumento na parcela de ocupados na agricultura como uma queda na de ocupados no segmento de serviços de informação, comunicação, atividades finan-

ceiras e administrativas contribuiriam para um crescimento na informalidade.

O gráfico 26 contrasta a evolução da taxa de informalidade com uma evolução contrafactual desse indicador. O contrafactual em questão é computado mantendo fixas as respectivas taxas de informalidade de cada setor. Sendo assim, a linha vermelha reporta qual seria a taxa de informalidade se a única forma dela de variar fosse pela redistribuição dos ocupados entre os setores, tal como exemplificado anteriormente.

A principal mensagem que se pode tirar do gráfico é que o aumento da informalidade observado a partir de 2017 não se deve à mudança na alocação dos ocupados por setor de atividade. Pelo contrário, se tal realocação dos trabalhadores fosse a única fonte de alteração na taxa de informalidade, ela teria se mantido estável abaixo de 39%. Portanto, o aumento recente da taxa de informalidade vem exclusivamente dos respectivos aumentos nessas taxas de diversos setores de atividade.

GRÁFICO 26  
Taxa de informalidade  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

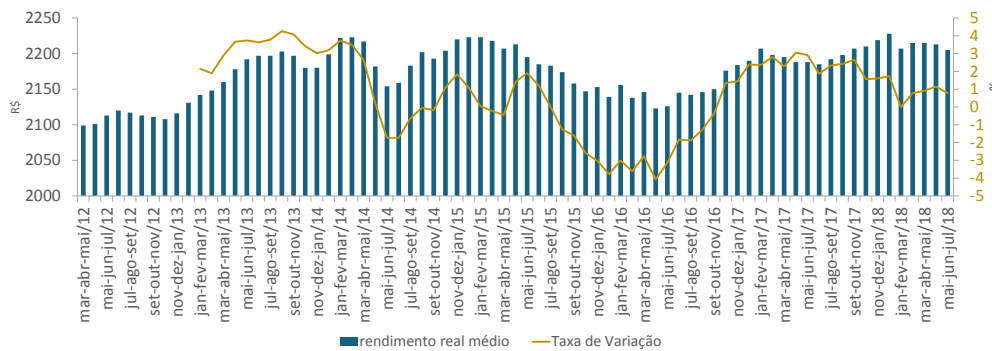


## 5 Rendimentos

Os rendimentos médios reais vêm mantendo, ao longo do ano, uma trajetória de crescimento, indicando que os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho foram mais fortes sobre a ocupação do que sobre a renda. No trimestre móvel, encerrado em julho, o rendimento médio real habitualmente recebido, medido pela PNAD Contínua, registrou alta de 0,8% em comparação ao observado neste mesmo período em 2017 (gráfico 27). Este resultado, entretanto, está contaminado pela queda de 6,0% no rendimento médio dos empregadores, originado pela saída, do plano amostral da pesquisa, de um entrevistado do setor de transportes, da cidade de São Paulo, que declarava ter uma renda mensal de R\$ 1 milhão<sup>3</sup>. Na série trimestral, na qual é possível excluir a informação salarial deste indivíduo, por meio do uso dos microdados, nota-se que não apenas a expansão dos rendimentos médios reais, no passado, foi mais amena, mas também que se mostra mais intensa no período atual. De acordo com o gráfico 28, verifica-se que, no segundo trimestre de 2018, enquanto os dados originais apontam um aumento nos rendimentos reais de 1,1%, a série ajustada, ou seja, sem a inclusão do entrevistador na base de comparação, registra variação de 2,1%.

<sup>3</sup> De acordo com as notas metodológicas da PNAD Contínua, divulgadas pelo IBGE, o esquema de rotação da amostra adotado foi o 1-2(5). Nele, o domicílio é entrevistado uma vez ao mês e sai da amostra por dois meses seguidos, sendo esta sequência repetida cinco vezes.

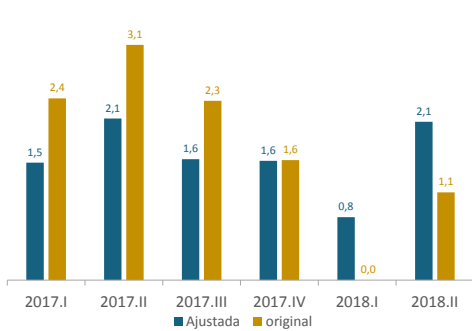
GRÁFICO 27  
PNADC - Rendimento médio real  
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: IBGE/Pnadc.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

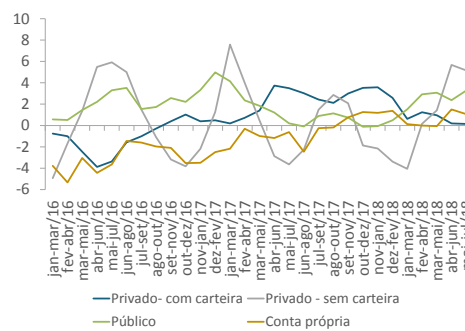
A análise dos rendimentos por vínculo de ocupação (gráfico 29), excluindo-se os empregadores, revela que, no trimestre encerrado em julho, apenas os empregados no setor público apresentaram aceleração na sua taxa de variação interanual (3,3% ante 2,4%, observada em junho). No caso do setor privado com carteira, os rendimentos mantiveram-se praticamente estáveis (alta de 0,1%), enquanto nos segmentos do privado sem carteira e por conta própria, apesar das altas de 5,2% e 1,1%, respectivamente, elas ocorreram em patamares inferiores aos obtidos no trimestre móvel imediatamente anterior (5,7% e 1,5%).

GRÁFICO 28  
PNADC – Rendimento médio real – Taxa de variação original e ajustada  
(Em %)



Fonte: IBGE / Pnadc.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 29  
PNADC - Rendimento médio real - Por tipo de vínculo  
(Taxa de variação interanual - em %)



Fonte: IBGE / Pnadc.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Ainda de acordo com os microdados da PNAD Contínua, pode-se afirmar que a trajetória dos salários reais não se dá de modo semelhante entre as diversas categorias (tabela 5). A análise por corte geográfico mostra que, apesar de todas as regiões apontarem rendimentos reais crescentes, no segundo trimestre de 2018, a alta observada no Sudeste foi bem acima da registrada nas demais regiões. Em relação ao gênero, nota-se que, embora o rendimento dos homens venha crescendo em ritmo superior ao das mulheres, o delas voltou a crescer no último trimestre do



ano, alcançando o melhor resultado desde o segundo trimestre de 2017.



O corte por idade e grau de instrução revela que, pelo segundo trimestre consecutivo, os trabalhadores mais jovens e com ensino fundamental incompleto registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais. Na outra ponta, os ocupados com mais de 60 anos e com ensino médio incompleto foram os que apresentaram os maiores ganhos salariais no segundo trimestre de 2018. De modo similar, os chefes de família e os trabalhadores das regiões metropolitanas auferiram reajustes superiores aos obtidos pelos seus pares.

TABELA 5  
PNADC – Rendimento médio real - dados desagregados  
(Taxa de variação interanual, em %)

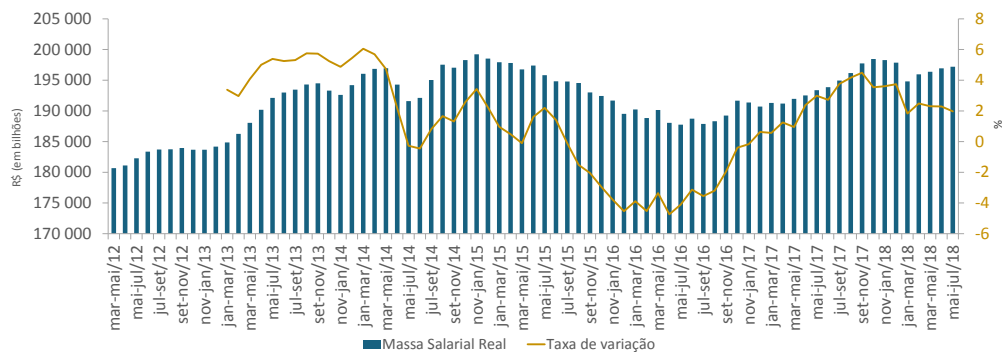
	2016			2017				2018	
	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Centro Oeste	-4,0	-1,6	0,4	2,5	2,4	1,4	3,5	2,7	1,0
Nordeste	-4,4	-3,9	0,8	3,6	4,6	3,5	4,2	1,6	1,6
Norte	-1,5	-3,8	-1,5	2,6	1,8	4,8	5,6	3,0	1,0
Sudeste	-4,1	-2,1	-0,7	-1,0	0,0	0,1	0,0	0,2	3,0
Sul	-4,6	-0,8	2,0	4,3	3,9	2,2	1,5	0,3	0,6
Masculino	-5,4	-2,7	0,1	1,1	2,5	2,2	2,6	1,7	2,6
Feminino	-1,6	-0,6	1,1	2,6	1,7	0,9	0,2	-0,4	1,5
18 a 24 anos	-3,1	-2,9	-1,1	1,7	0,1	1,4	0,5	-1,2	-1,1
25 a 39 anos	-3,2	-2,4	1,1	1,2	1,7	0,9	1,2	1,0	1,1
40 a 59 anos	-5,8	-3,1	-1,2	0,8	2,0	2,1	2,1	0,7	2,4
60 anos ou mais	-5,7	1,0	0,1	2,0	3,4	0,4	0,1	0,9	2,5
Não chefe de família	-0,6	1,9	4,3	4,9	4,4	3,4	2,0	-0,6	2,0
Chefe de família	-6,1	-4,1	-2,1	-0,6	0,7	0,6	1,7	2,2	2,3
Fundamental incompleto	-4,6	-1,9	-1,3	1,9	3,0	1,7	1,2	0,6	-0,9
Fundamental completo	-4,0	-1,3	-0,9	-0,9	0,6	-0,5	-0,1	-0,3	-1,5
Médio incompleto	-4,9	-4,9	-1,5	3,6	2,4	3,8	5,0	3,2	0,7
Médio completo	-4,3	-3,2	-2,1	0,3	-1,0	-2,3	-1,5	-1,5	0,0
Superior	-6,6	-3,8	-1,6	-0,9	0,5	0,1	0,9	-1,1	0,3
Região metropolitana	-3,1	-1,1	0,9	0,7	1,2	1,0	1,6	0,9	2,9
Não região metropolitana	-5,0	-2,8	-0,4	2,0	3,0	2,1	1,6	0,8	1,1

Fonte: IBGE / PnadC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Ainda que em desaceleração, o aumento da PO combinado à elevação dos salários reais vem possibilitando uma expansão continuada da massa salarial real. No último trimestre móvel, encerrado em julho, a massa de rendimentos da economia aponta alta de 2,0% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior (gráfico 30). Destaca-se, entretanto, que, assim como ocorre com os rendimentos reais, a taxa de crescimento da massa salarial também vem sendo atenuada pela saída da amostra do empregador de São Paulo, de tal modo que, com a exclusão deste entrevistado, a expansão da massa, no segundo trimestre de 2018, saltaria de 2,3% para 3,3%.

GRÁFICO 30  
**PNADC - Massa salarial habitualmente recebida**  
 (Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: IBGE/Pnad.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Anexo



TABELA A.1

### Taxa de desocupação

(Em %)

UF	2° T. 2014	3° T. 2014	4° T.2014	1° T. 2015	2° T. 2015	3° T. 2015	4° T.2015	1° T. 2016	2° T. 2016	3° T. 2016	4° T.2016	1° T. 2017
Rondônia	4,11	4,11	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76	8,44	7,82	8,04
Acre	9,56	6,96	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02	12,08	11,67	15,9
Amazonas	8,26	6,72	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21	13,57	14,83	17,71
Roraima	5,24	6,27	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98	9,71	9,22	10,34
Pará	7,02	7,18	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86	10,96	12,67	13,81
Amapá	9,91	10,57	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8	14,86	16,75	18,48
Tocantins	7,65	7,53	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18	10,75	13,07	12,61
Maranhão	7,16	6,69	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81	11,87	12,95	14,97
Piauí	7,01	6,10	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88	9,38	8,83	12,58
Ceará	7,49	7,41	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45	13,06	12,41	14,25
Rio Grande do Norte	11,53	10,54	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47	14,12	14,67	16,33
Paraíba	8,77	9,21	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7	12,77	11,94	13,21
Pernambuco	7,92	8,31	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96	15,33	15,61	17,1
Alagoas	9,65	9,72	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92	14,76	14,75	17,5
Sergipe	9,56	9,04	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64	14,24	14,97	16,08
Bahia	10,10	9,74	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38	15,91	16,64	18,56
Minas Gerais	6,82	6,85	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93	11,2	11,11	13,67
Espírito Santo	6,49	5,79	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5	12,72	13,6	14,45
Rio de Janeiro	6,44	6,13	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38	12,11	13,44	14,51
São Paulo	7,04	7,22	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18	12,78	12,41	14,23
Paraná	4,15	4,07	3,70	5,31	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19	8,49	8,05	10,33
Santa Catarina	2,78	2,89	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66	6,36	6,16	7,87
Rio Grande do Sul	4,90	5,17	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72	8,24	8,25	9,14
Mato Grosso do Sul	3,93	4,03	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97	7,66	8,16	9,78
Mato Grosso	3,93	3,74	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8	8,95	9,49	10,47
Goiás	5,39	5,14	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15	10,47	11,2	12,69
Distrito Federal	9,19	8,86	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93	12	13,87	14,12

Fonte: IBGE / Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A2.1  
PNADC – Indicadores do mercado de trabalho  
(Taxa de variação interanual, em %)

	PO										PEA										
	2016			2017				2018			2016			2017				2018			
	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	
Brasil	-1,5%	-2,4%	-2,1%	-1,9%	-0,6%	1,6%	2,0%	1,8%	1,1%	1,8%	0,8%	1,3%	1,4%	1,3%	2,4%	1,8%	1,1%	0,5%			
Centro Oeste	0,2%	-0,4%	-0,4%	-4,2%	-0,8%	1,9%	3,2%	3,9%	2,7%	2,7%	2,4%	3,5%	0,0%	0,6%	2,8%	1,5%	2,1%	1,4%			
Nordeste	-3,9%	-6,4%	-5,5%	-4,9%	-3,9%	-0,2%	1,3%	0,9%	0,6%	-0,7%	-2,8%	-1,2%	-1,0%	-0,9%	0,7%	0,7%	0,5%	-0,6%			
Norte	-0,2%	-2,9%	-3,5%	-0,5%	0,3%	2,0%	4,2%	3,7%	1,5%	2,8%	-0,1%	1,0%	2,7%	2,5%	3,2%	2,5%	1,9%	1,0%			
Sudeste	-0,9%	-1,1%	-0,7%	-0,8%	0,8%	1,8%	2,1%	2,2%	1,6%	2,9%	2,5%	2,5%	1,3%	1,2%	1,8%	2,4%	1,7%	1,2%			
Sul	-0,9%	-0,6%	-1,3%	-0,1%	1,2%	4,0%	1,5%	0,4%	-0,6%	1,8%	1,4%	0,8%	2,6%	2,2%	3,6%	1,5%	-0,5%	-0,9%			
Masculino	-1,1%	-2,1%	-2,6%	-2,7%	-1,6%	0,4%	0,9%	1,1%	0,5%	1,9%	1,0%	0,6%	0,2%	0,2%	1,1%	0,7%	0,4%	-0,1%			
Feminino	-2,1%	-3,0%	-1,5%	-0,7%	0,6%	3,2%	3,5%	2,9%	2,0%	1,7%	0,6%	2,1%	2,9%	2,7%	4,0%	3,1%	2,0%	1,2%			
De 14 a 24 anos	-7,4%	-9,1%	-8,8%	-5,1%	-2,3%	2,2%	3,0%	1,3%	-1,5%	1,8%	-0,3%	0,1%	1,7%	1,6%	3,5%	2,0%	0,0%	-2,5%			
De 25 a 39 anos	-1,3%	-1,5%	-1,4%	-2,2%	-1,1%	0,1%	0,4%	0,9%	0,0%	1,3%	0,9%	1,7%	1,1%	0,8%	0,6%	0,0%	-0,1%	-0,7%			
De 40 a 59 anos	1,8%	-0,5%	-1,2%	-0,8%	-0,3%	1,6%	2,4%	1,8%	1,9%	2,5%	1,6%	1,0%	1,4%	1,2%	2,3%	2,4%	1,7%	1,7%			
Mais de 59 anos	-0,5%	-2,6%	3,1%	0,4%	3,7%	9,1%	7,1%	8,0%	7,8%	0,7%	-1,7%	4,1%	1,8%	4,5%	9,8%	8,0%	8,0%	7,7%			
Não Chefe Família	-1,1%	-1,6%	-1,3%	-0,4%	0,7%	3,4%	-89,6%	2,7%	1,4%	3,3%	2,4%	3,0%	3,3%	2,9%	4,0%	2,8%	1,6%	0,4%			
Chefe Família	-2,0%	-3,3%	-3,0%	-3,4%	-2,0%	-0,3%	0,4%	0,9%	0,8%	0,1%	-1,1%	-0,8%	-0,9%	-0,5%	0,3%	0,6%	0,6%	0,6%			
Fundamental incompleto	-3,4%	-5,9%	-8,8%	-7,4%	-6,1%	-2,7%	-0,9%	-1,1%	-3,0%	-0,6%	-3,2%	-5,3%	-4,0%	-3,7%	-1,7%	-1,3%	-1,4%	-3,6%			
Fundamental completo	-7,5%	-11,0%	-7,7%	-9,1%	-12,4%	-7,0%	-7,4%	-8,8%	-2,9%	-3,5%	-7,1%	-4,0%	-5,3%	-10,1%	-5,5%	-7,2%	-9,2%	-4,4%			
Médio incompleto	-10,3%	-6,2%	3,7%	4,3%	13,8%	14,0%	13,0%	10,1%	-0,3%	-2,7%	1,1%	11,5%	9,5%	15,6%	13,3%	10,6%	7,1%	-1,2%			
Médio completo	1,6%	2,3%	0,2%	0,8%	1,6%	1,2%	4,4%	1,9%	1,4%	5,1%	5,9%	3,8%	4,2%	3,6%	2,1%	1,8%	1,1%	0,7%			
Superior	2,0%	0,6%	4,6%	3,2%	4,7%	7,9%	6,6%	7,1%	7,2%	4,3%	2,3%	6,2%	5,0%	5,4%	7,9%	6,8%	6,5%	7,3%			
Região Metropolitana	-1,8%	-3,1%	-3,0%	-2,9%	-1,0%	1,5%	2,4%	2,0%	1,0%	1,1%	-0,6%	-0,2%	0,2%	0,5%	2,2%	1,7%	0,9%	0,1%			
Não Região Metropolitana	-1,2%	-1,6%	-1,0%	-0,4%	-0,1%	1,8%	1,6%	1,6%	1,2%	2,7%	2,7%	3,3%	3,0%	2,4%	2,5%	1,9%	1,4%	0,9%			

Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A2.2  
PNADC – Indicadores do mercado de trabalho  
(Taxa de variação interanual, em %)

	PIA										Taxa de Participação										
	2016			2017				2018			2016			2017				2018			
	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	
Brasil	1,3%	1,2%	1,3%	1,2%	1,1%	1,3%	1,0%	1,0%	1,0%	61,6%	61,2%	61,4%	61,6%	61,7%	61,8%	61,8%	61,6%	61,4%			
Centro Oeste	2,2%	2,0%	2,2%	2,5%	2,2%	3,0%	2,3%	2,3%	2,0%	65,5%	64,9%	65,6%	65,2%	65,7%	65,7%	65,1%	65,1%	65,4%			
Nordeste	1,3%	1,5%	1,6%	1,6%	1,4%	1,2%	1,0%	0,6%	1,0%	56,0%	55,0%	55,0%	54,7%	54,8%	54,7%	54,9%	54,6%	53,9%			
Norte	2,6%	2,3%	2,4%	0,6%	0,7%	1,1%	2,8%	2,5%	2,6%	61,3%	60,3%	60,5%	60,0%	60,3%	60,2%	60,4%	59,6%	59,4%			
Sudeste	1,0%	0,7%	0,9%	1,0%	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	0,7%	63,5%	63,6%	63,8%	64,4%	64,6%	64,9%	64,8%	65,0%	65,0%			
Sul	1,3%	1,3%	1,0%	2,0%	1,9%	2,4%	1,0%	0,6%	0,8%	64,3%	63,9%	64,3%	64,8%	64,6%	64,5%	64,7%	64,0%	63,6%			
Masculino	1,5%	1,5%	1,4%	1,2%	1,1%	1,0%	0,7%	0,5%	0,6%	72,5%	72,0%	72,0%	72,0%	71,9%	72,0%	72,0%	71,9%	71,4%			
Feminino	1,1%	0,9%	1,3%	1,2%	1,2%	1,7%	1,5%	1,3%	1,4%	51,6%	51,3%	51,6%	52,0%	52,3%	52,5%	52,5%	52,3%	52,2%			
De 14 a 24 anos	0,1%	0,5%	0,2%	0,7%	0,7%	-0,1%	-0,4%	-1,4%	-2,2%	50,3%	49,2%	49,7%	50,7%	50,8%	50,9%	51,0%	51,5%	50,6%			
De 25 a 39 anos	0,8%	1,0%	1,2%	0,8%	0,3%	-0,2%	-0,6%	-0,3%	-0,3%	81,9%	81,7%	81,9%	82,0%	82,3%	82,4%	82,4%	82,1%	82,0%			
De 40 a 59 anos	3,0%	2,0%	1,5%	1,7%	1,4%	2,0%	1,9%	1,4%	1,7%	72,9%	72,8%	72,7%	72,6%	72,8%	73,0%	73,1%	72,8%	72,8%			
Mais de 59 anos	2,6%	1,6%	2,8%	1,5%	2,5%	4,4%	4,4%	5,0%	5,8%	22,5%	22,2%	22,8%	22,7%	23,0%	23,4%	23,5%	23,3%	23,4%			
Não Chefe Família	1,3%	1,1%	1,3%	1,3%	1,0%	1,3%	0,9%	0,4%	0,4%	57,3%	57,0%	57,5%	58,0%	58,3%	58,6%	58,6%	58,7%	58,3%			
Chefe Família	1,4%	1,4%	1,4%	1,0%	1,3%	1,4%	1,5%	1,8%	2,0%	67,6%	67,1%	66,8%	66,6%	66,4%	66,4%	66,2%	65,8%	65,5%			
Fundamental incompleto	0,5%	-0,1%	-2,3%	-1,6%	-1,7%	-1,2%	-1,3%	-0,7%	-1,0%	46,2%	45,1%	44,8%	45,3%	45,3%	44,8%	44,8%	45,0%	44,1%			
Fundamental completo	-3,3%	-4,9%	-1,9%	-3,8%	-7,6%	-5,9%	-5,9%	-7,9%	-4,0%	58,4%	57,4%	58,3%	57,2%	56,8%	57,7%	57,5%	56,4%	56,6%			
Médio incompleto	-2,9%	0,8%	10,1%	7,3%	11,0%	8,1%	5,2%	2,8%	-1,3%	53,9%	54,5%	55,3%	53,9%	56,1%	57,1%	58,1%	56,2%	56,2%			
Médio completo	4,3%	5,3%	3,1%	3,3%	3,2%	2,0%	2,1%	2,0%	1,7%	75,2%	75,5%	75,6%	75,3%	75,5%	75,6%	75,4%	74,6%	74,7%			
Superior	3,5%	2,1%	5,7%	4,7%	5,4%	7,4%	7,3%	7,1%	7,9%	80,1%	79,9%	80,4%	80,0%	80,1%	80,3%	80,1%	79,6%	79,7%			
Região Metropolitana	1,2%	1,1%	1,3%	1,3%	1,2%	1,4%	1,1%	0,9%	1,0%	60,0%	59,2%	59,3%	59,5%	59,6%	59,7%	59,7%	59,5%	59,1%			
Não Região Metropolitana	1,5%	1,3%	1,4%	1,0%	1,1%	1,2%	1,2%	1,1%	1,1%	63,8%	64,0%	64,3%	64,5%	64,6%	64,8%	64,7%	64,7%	64,6%			

Fonte: IBGE / Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## **Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



## **Grupo de Conjuntura**

### **Equipe Técnica:**

Christian Vonbun  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marcelo Nonnenberg  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Paulo Mansur Levy  
Vinicius dos Santos Cerqueira  
Sandro Sacchet de Carvalho

### **Equipe de Assistentes:**

Augusto Lopes dos Santos Borges  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Simplicio Ferreira  
Julio Cesar de Mello Barros  
Leonardo Simão Lago Alvite  
Renata Santos de Mello Franco  
Victor Henrique Farias Mamede

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.